

Meta é aquecer área econômica

O ano que vem será marcado por uma série de iniciativas do GDF para reaquecer a economia. A captação de recursos que permitem maior autonomia em relação aos repasses federais (atualmente responsáveis por 60 por cento da manutenção do estado) e o combate ao desemprego, gerando ocupação para cem mil trabalhadores, são algumas das medidas. Em conjunto com o empresariado, o governo elaborou uma agenda mínima de sete pontos que estabelecem as linhas de frente desta batalha; e os primeiros desdobramentos saem hoje, com a redefinição da política de compras governamentais. O governador Joaquim Roriz convocará a Câmara Legislativa para votar, em regime extraordinário, a nova política de incentivos para o setor da produção.

Dos cem mil empregos, dez mil serão gerados a curto prazo. Entre os motivos que levaram o GDF e a classe empresarial a buscarem o reaquecimento da economia, alguns foram destacados na reunião no sábado na residência oficial de Águas Claras: as consequências negativas da recessão do plano social; a dependência do DF em relação ao Governo Federal nas áreas de saúde, educação e segurança; a necessidade de se criar um modelo de desenvolvimento sustentado; a mobilização de forças políticas de outros estados para inviabilizar novos projetos para Brasília; e a crescente inadimplência fiscal das empresas.

O primeiro ponto da agenda mínima trata da política de incentivos, e o objetivo básico é criar um novo projeto que aparece as arestas existentes entre o Proin (criado em 1988) e o Prodecon, que surgiu neste ano para substituí-lo. Como a política de incentivos à criação de novas empresas estava emperrada, o Distrito Federal vinha perdendo espaço para os estados vizinhos, que contam com programas definidos.

Por isto, está acertado que o governador vai convocar a Câmara Legislativa ainda nesta semana para apreciar um novo projeto. As empresas que aumentarem sua produção terão subsídios fiscais proporcionais e estes excedentes. Para conseguir estas vantagens, precisarão criar mais empregos.

Tributos — Para combater a evasão fiscal, o governo promoverá uma simplificação tributária: o recolhimento do ICMS e do ISS passará a ser feito por estimativa; a fórmula de cálculo do ISS nos contratos de prestação de serviços e fornecimento de materiais também será racionalizada. A Secretaria da Fazenda e Planejamento está avaliando os aspectos técnicos, para que o governo envie o mais rápido possível um projeto de lei à Câmara Legislativa.

Na área de infra-estrutura industrial, o objetivo é reduzir os obstáculos ao uso do solo urbano, que acabam prejudicando a instalação de novas indústrias e a geração de empregos. O Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Obras Públicas está fazendo um levantamento de áreas que podem servir à expansão econômi-

ca, e já tem em vista Samambaia, Área Alfa e as regiões próximas aos assentamentos urbanos.

Metrô — Os empresários pediram ao governo que as obras do metrô contemplem os sistemas produtivos do DF, integrando o novo sistema de transporte à indústria local. Na quinta-feira o metrô e a Federação das Indústrias de Brasília (Fibra) assinam um convênio que assegurará a contratação de empresas do DF para prestação de serviços e mão-de-obra.

Na quarta-feira o governo enviará à Câmara Legislativa um projeto de lei estabelecendo uma política de crédito para as micro e pequenas empresas, com o objetivo de resgatar o papel do BRB como banco de fomento à atividade econômica. A partir de janeiro, o governo repassará Cr\$ 4 bilhões mensais para o Fundo de Desenvolvimento do DF (Fundef); e serão considerados pequenos empresários os que tiverem faturamento anual de até 500 UPDFs.

A Secretaria de Obras está elaborando um novo projeto de zoneamento das cidades-satélites, com a finalidade de flexibilizar o uso de solo urbano, permitindo a instalação de novas empresas até mesmo em residências. Com isto, as pequenas firmas caseiras, que atualmente integram a economia informal, poderão gerar impostos e empregos.

“O objetivo do governo com todas estas medidas é facilitar a vida dos pequenos produtores, removendo os obstáculos existentes”, sintetiza o secretário de Administração e Trabalho, Renato Riella.